



**LEI MUNICIPAL Nº 1.679/2025  
DE 11 DE SETEMBRO DE 2025.**

**DISPÕE SOBRE A COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, O FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL E O CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DE BOA VISTA DO INCRA.**

O Sr. Daniel Alvares de Souza, Prefeito Municipal em exercício de Boa Vista do Incra, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Boa Vista do Incra aprovou o Projeto de Lei do Executivo nº 29/2025, e o mesmo sanciona e promulga a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** – Esta Lei dispõe sobre a criação, organização e funcionamento da **Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMDEC)**, do **Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil (COSDEC)** e institui o **Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil (FUMDEC)** no Município de Boa Vista do Incra.

**Art. 2º** – Para os fins desta Lei, considera-se:

I. **Defesa Civil:** O conjunto de ações preventivas de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar ou minimizar desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social.

II. **Desastre:** O resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e prejuízos econômicos e sociais.

III. **Situação de Anormalidade:** O período durante e após o desastre, no qual são realizadas atividades de resposta e recuperação, podendo ser reconhecida como situação de emergência ou estado de calamidade pública, conforme critérios legais.

**CAPÍTULO II – DA ESTRUTURA DA DEFESA CIVIL MUNICIPAL**

**Art. 3º** – Integram a estrutura da Defesa Civil Municipal:

- I. A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMDEC);
- II. O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil (COSDEC);
- III. O Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil (FUMDEC).

**CAPÍTULO III – DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (COMDEC)**

**Art. 4º** – A COMDEC é o órgão central responsável pela coordenação operacional das ações de proteção e defesa civil no Município.



**Art. 5º** – A COMDEC será composta por 1 (um) servidor efetivo ou comissionado, que receberá gratificação por exercício de função suplementar, conforme previsto em lei própria.

**Art. 6º** – A estrutura da COMDEC compreende:

I. **Coordenadoria Administrativo-Operacional**, composta pelo servidor mencionado no art. 5º;

II. **Divisão Técnica**, composta pelo conjunto de servidores do Poder Público;

III. **Divisão Operacional e de Proteção**, composta pelo conjunto de servidores do Poder Público.

**Art. 7º** – Compete à COMDEC:

I. Coordenar e gerenciar ações de defesa civil, em âmbito municipal e em articulação com o Estado e a União;

II. Promover a ampla participação da comunidade nas ações de defesa, especialmente nas atividades de planejamento e ações de respostas a desastres e reconstrução;

III. Capacitar recursos humanos para as ações de defesa civil e promover o desenvolvimento de associações de voluntários, buscando articular, ao máximo, a atuação conjunta com as comunidades apoiadas;

IV. Realizar exercícios simulados, com a participação da população, para treinamento das equipes e aperfeiçoamento dos planos de contingência;

V. Elaborar e implementar planos de contingências, planos de operações de defesa civil, bem como projetos relacionados com o assunto;

VI. Elaborar o plano de ação anual, objetivando o atendimento de ações em tempo de normalidade, bem como em situações emergenciais, com a garantia de recursos no orçamento municipal;

VII. Buscar garantir os recursos orçamentários próprios necessários às ações relacionadas com a minimização de desastres e com o restabelecimento da situação de normalidade;

VIII. Promover a inclusão dos princípios de defesa civil nos currículos escolares da rede municipal de ensino médio e fundamental, proporcionando todo apoio à comunidade docente no desenvolvimento de material pedagógico-didático para esse fim;

IX. Vistoriar edificações e áreas de risco e promover ou articular a intervenção preventiva, o isolamento e a evacuação da população das áreas de risco intensificado e das edificações vulneráveis;

X. Com apoio técnico contratado especializado, se necessário, implantar bancos de dados e elaborar mapas temáticos sobre ameaças múltiplas, vulnerabilidade e mobiliamento do território, nível de riscos e sobre recursos relacionados com o equipamento do território e disponíveis para o apoio às operações;

XI. Informar o Órgão Estadual de Defesa Civil e a Secretaria Nacional de Defesa Civil sobre a ocorrência de desastres e sobre atividades de defesa civil;





XII. Proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres, e o preenchimento de formulários em Sistema Estadual e/ou Federal destinados para esta finalidade;

XIII. Propor à autoridade competente a **Declaração de Situação de Emergência** ou de **Estado de Calamidade Pública**, de acordo com os critérios estabelecidos em lei;

XIV. Vistoriar, periodicamente, locais e instalações adequadas a abrigos temporários, disponibilizando as informações relevantes à população;

XV. Planejar a organização e a administração de abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastres;

XVI. Coordenar a coleta, a distribuição e o controle de suprimentos em situações de desastres;

XVII. Participar dos sistemas previstos na Lei Federal nº 12.340/2010, ou outra legislação vigente, promovendo a criação e a interligação de centros de operações e incrementar as atividades de monitorização, alerta e alarme, como objetivo de otimizar a previsão de desastres;

XVIII. Implementar os comandos operacionais a serem utilizados como ferramenta gerencial para comandar, controlar e coordenar as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;

XIX. Articular-se com a Coordenação Regional de Proteção e Defesa Civil e com a Secretaria Estadual de Proteção e Defesa Civil e/ou órgãos correspondentes;

XX. Participar ativamente dos Planos de Apoio Mútuo – PAM, em acordo com o princípio de auxílio mútuo entre os Municípios;

XXI. Exercer o controle e fiscalização das atividades capazes de provocar desastres;

XXII. Coordenar a redução de riscos de desastres mediante a adoção de medidas não estruturais que englobam o planejamento de ocupação e/ou da utilização do espaço geográfico, em função da definição de áreas de risco, visando a redução de desastres;

XXIII. Coordenar a redução de riscos de desastres mediante a execução de medidas estruturais que englobam obras de engenharia de qualquer espécie, destinadas a redução de desastres, as quais deverão ser implementadas pelo Poder Público;

XXIV. Coordenar ações de reconstrução e recuperação relacionadas ao reestabelecimento de serviços públicos, da economia da área afetada, do moral social e o bem-estar da população;

XXV. Fixar as diretrizes operacionais do FUMDEC;

XXVI. Sugerir o plano de aplicação para o exercício seguinte e decidir sobre a aplicação dos recursos, mediante a aprovação do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil;

XXVII. Disciplinar e fiscalizar o ingresso de receitas;

XXVIII. Analisar e aprovar anualmente as contas do FUMDEC, juntamente como Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil;

XXIX. Promover o desenvolvimento do FUMDEC e exercer ações para que seus objetivos sejam alcançados;





XXX. Apresentar, anualmente, relatório de suas atividades ao Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil;

XXXI. Exercer outras atividades correlatas.

#### **CAPÍTULO IV – DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (COSDEC)**

**Art. 8º** – O COSDEC é órgão consultivo e deliberativo, vinculado ao Gabinete do Prefeito, responsável por deliberar sobre a política municipal de defesa civil.

**Art. 9º** – Compete ao COSDEC:

I. Estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração e execução dos programas, planos e ações de Defesa Civil;

II. Deliberar sobre políticas, programas, planos e ações referentes à defesa civil municipal;

III. Reunir-se mediante a convocação do seu presidente, do coordenador municipal de defesa civil ou do prefeito municipal, ou ainda por decisão da maioria absoluta do Conselho, devendo a convocação ser feita com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;

IV. Examinar e supervisionar a pauta das temáticas de proteção e defesa civil no Município, confeccionando o plano de aplicação dos recursos;

V. Propor a destinação de recursos orçamentários ou de outras fontes, internas ou externas, para atender os programas de defesa civil;

VI. Fiscalizar a realização de obras e ações de prevenção, assim como analisar a prestação de contas do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil de Boa Vista do Incra – FUMDEC, verificando sua compatibilidade com o Plano de Aplicação;

VII. Elaborar o seu regimento interno, submetendo-o ao Prefeito Municipal, que o instituirá por decreto.

**Art. 10** – O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil será composto pelos seguintes membros:

I. Um representante do Gabinete do Prefeito;

II. Um representante da Secretaria Municipal de Obras;

III. Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;

IV. Um representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

V. Um representante da Secretaria de Assistência Social;

VI. Um representante da Secretaria de Finanças;

VII. Um representante do Poder Legislativo;

VIII. Um representante da EMATER/RS;

IX. Um representante das comunidades locais;



X. Um representante da Brigada Militar Estadual operando no Município.

XI. Um representante das cooperativas rurais no Município;

XII. Um representante das Escolas Municipais.

XIII. Um representante da sociedade civil.

§1º - O mandato dos conselheiros será de 2 (dois) anos, admitida reconduções.

§2º - O COMDEC será presidido por um dos seus integrantes, eleito dentre os seus pares, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

§3º - Os conselheiros suplentes substituirão os titulares nos seus impedimentos.

§4º - Os membros do Conselho não receberão qualquer tipo de remuneração pelo desempenho dessa função, que será considerada de relevante interesse público.

§5º - Na hipótese de deslocamento, quando à serviço ou representando o Conselho, o Município arcará com as despesas de transporte, hospedagem e alimentação, nos termos da legislação dos servidores públicos municipais.

§6º - No prazo de 30 (trinta) dias após sua instalação, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil elegerá seus cargos de presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários, e elaborará seu regimento interno no prazo de 90 (noventa) dias, que deverá ser publicado por decreto do Chefe do Poder Executivo, caso não se verifique nenhuma ilegalidade.

#### **CAPÍTULO V – DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (FUMDEC)**

**Art. 11** – Fica instituído o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil (FUMDEC), de natureza contábil, destinado ao recebimento e aplicação de recursos para ações de defesa civil.

**Art. 12** – Constituem receitas do FUMDEC:

- I. Dotações orçamentárias municipais;
- II. Recursos transferidos por União, Estado ou Município;
- III. Doações, auxílios, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas;
- IV. Remuneração de aplicações financeiras;
- V. Outros recursos legalmente destinados.

**Art. 13** – O FUMDEC será gerido pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMDEC), com o auxílio da Secretaria Municipal de Administração e órgãos vinculados, e receberá fiscalização do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil (COSDEC), nos termos das suas competências.

**Art. 14** – Os bens patrimoniais adquiridos com recursos do FUMDEC constituirão patrimônio do Município, com uso exclusivo para as finalidades de defesa civil.

**Art. 15** – As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias na Lei Orçamentária Municipal.





Estado do Rio Grande do Sul

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA**


**Art. 16** – Fica o Executivo Municipal autorizado a regulamentar a presente Lei no que couber, por meio de decreto.

**Art. 17** – Fica revogada a Lei nº 057, de 13 de agosto de 2001, e demais disposições em contrário.

**Art. 18** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 11 de setembro de 2025.

  
**Daniel Alvares de Souza**  
**Prefeito Municipal e exercício**

  
**Cirineu Ribeiro**  
**Secretário Municipal de**  
**Administração e Planejamento**